

Governo começa a conversão da dívida externa

IZABEL CRISTINA



O presidente Fernando Collor aprovou ontem o projeto piloto com o qual o Governo pretende converter, a princípio, cem milhões de dólares da dívida externa a partir de doações

feitas por entidades estrangeiras interessadas em aplicar recursos em programas ambientais no País. Segundo o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, (foto), as doações serão imediatamente abatidas no valor total da dívida brasileira, no entanto, as entidades ecológicas escolhidas pelos doadores receberão por ano apenas seis por cento do rendimento do montante entregue ao Banco Central, em títulos perpétuos do Tesouro Nacional, convertidos mensalmente em valor de face, ou seja, em cruzeiros.

Embora o montante de cem milhões de dólares pareça pequeno de uma dívida que excede 150 bilhões de dólares, a decisão do presidente Fernando Collor tem uma componente política extremamente forte. O ministro da Economia, está otimista quanto às doações e revelou que já existem duas empresas norte-americanas interessadas em investir em projetos ambientais no Brasil. Ele só não soube dizer porém quais seriam os projetos, nem o montante investido. Se a primeira etapa do programa de conversão da dívida em natureza for bem-sucedido, o Governo ad-

mite que poderá aumentar o limite de conversão da dívida.

O ministro explicou que a redução da dívida e a transferência dos dólares são imediatos, mas a entidade beneficiada só receberá os rendimentos mensais a partir de juros de seis por cento ao ano sobre a doação. Como exemplos, o ministro citou o caso de uma instituição que 'doou um milhão de dólares (cerca de Cr\$ 314 milhões) para a proteção do mico-leão. A entidade beneficiada — pública ou privada — terá direito a receber em cruzeiros o equivalente a cinco mil dólares cerca de Cr\$ 1,5 milhão) ao mês, o que vai somar 60 mil dólares (cerca de Cr\$ 18,8 milhões) ao ano.

A primeira etapa do programa não tem um prazo certo para ser cumprida, tudo dependerá das doações que chegarem ao Banco Central, mediante a compra de títulos da dívida externa brasileira, que poderão ser adquiridos no mercado secundário, com deságio. O futuro do programa também ficará sujeito a uma avaliação que deverá ser feita por uma comissão, composta pelos ministros da Economia e das Relações Exteriores, e os secretários de Meio Ambiente, e da Ciência e Tecnologia.

Um Fundo Patrimonial, que será gerido pelo Banco do Brasil, assegurará a perpetuidade dos repasses dos rendimentos anuais do montante doado aos projetos ambientais. Caso esses projetos sejam extintos, os títulos perpétuos — que devem ser criados por projeto de lei que o Governo encaminhará ao Congresso — após o recesso — poderão ir para outras entidades ecológicas ou serem devolvidos ao Tesouro Nacional.